Violência doméstica em mulheres a partir da Lei Maria da Penha 11.340/2006

Silvania Beatriz Pilan¹

RESUMO

A violência doméstica é um fenômeno complexo e prejudicial que ocorre dentro do ambiente familiar, envolvendo diversos tipos de abusos. As vítimas frequentemente mulheres enfrentam agressões que podem deixar sequelas emocionais e físicas. Assim, temos como objetivo refletir sobre as formas de orientação das vítimas de violência doméstica a partir da Lei Maria da Penha, quanto aos riscos de retirada de medidas protetivas e de reincidência de violência. O Serviço Social busca promover a preservação e a mudança estrutural para criar ambientes familiares saudáveis e livres de violência. Isso muitas vezes envolve intervenções para: fortalecer as relações familiares, fornecer suporte emocional e econômico e lutar por políticas que abordem as causas dos problemas sociais.

Palavras-chave: Violência doméstica, mulheres, Serviço Social

1 INTRODUÇÃO

O tema desse artigo é a violência doméstica sofrida por mulheres, a partir da Lei Maria da Penha 11.340/2006, atendida no desenvolvido no Projeto de Intervenção do estágio do Curso de Serviço Social. O objetivo é refletir sobre as formas de orientação das vítimas de violência doméstica a partir da Lei Maria da Penha, quanto aos riscos de retirada de medidas protetivas e de reincidência de violência.

¹ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade La Salle - Unilasalle, matriculada na disciplina de Trabalho de Conclusão I, sob a orientação da Prof. Dra. Luciana Backes. E-mail: Luciana.backes@unilasalle.edu.com.br. Data de entrega: 30 nov. 2023.

O estágio do Curso de Serviço Social foi realizado na Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves, na Secretaria de Esportes e Desenvolvimento Social, no Centro de Referência às Mulheres Vítima de Violência (REVIVI) no período de 11/08/22 a 08/12/22 e de 21/03/23 a 15/07/23. No REVIVI há o atendimento do Serviço Social para orientar e encaminhar mulheres em situação de violência física, psicossocial, social, moral, sexual e doméstica, objetivando resgatar sua valorização e autoestima. O REVIVI também implementa ações preventivas, que incluem a família, com o intuito de combate à violência contra a mulher.

Esse tema foi escolhido por existir um grande número de mulheres que sofrem violência doméstica, retiram as medidas protetivas, voltam para os companheiros e logo em seguida registram nova queixa, por serem violentadas novamente. Verificou-se no município de Bento Gonçalves, localizado na serra gaúcha do Estado do Rio Grande do Sul, que a violência prevalece nas mulheres adultas de todas as faixas etárias, todas as raças e etnias, solteiras, casadas e união estável. Essa violência é também praticada por membros da própria família que residem com a vítima, exercendo ou não atividade remunerada. Portanto, a violência está presente em todas as classes sociais e gerações.

Para essa reflexão, iniciamos apresentando a Lei Maria da Penha 11.340/2006, para em seguida apresentarmos os tipos de violências vivenciadas pelas mulheres. Após abordamos as medidas protetivas e o papel da assistência social no apoio às vítimas. Para compreendermos melhor a complexidade da situação, apresentamos alguns casos estudados no Estágio do Serviço Social e finalizamos com as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

A assistência social desempenha um papel fundamental no contexto da Lei Maria da Penha 11.340/2006, pois pode contribuir para a promoção dos direitos das mulheres, oferecendo suporte legal, emocional e prático, principalmente no acesso aos serviços essenciais disponibilizados. Essa abordagem integrada é importante para combater a violência de gênero e garantir a segurança e o bem-estar das mulheres.

2.1. A Lei Maria da Penha 11.340/2006

A Lei Maria da Penha busca proteger e auxiliar todas as mulheres em situação de violência, independentemente de classe, raça etnia, orientação sexual, renda. Isso significa que a lei é aplicável a toda pessoa que se identifique enquanto mulher, incluindo as mulheres transexuais e travestis.

Depois de quase 20 anos em busca de justiça, Maria da Penha se tornou um símbolo da luta contra a violência. Hoje, aos 78 anos, ela segue batalhando por aquilo que considera sua missão: enfrentar, por meio de mecanismos de conscientização e empoderamento de mulheres.

Conforme Mistretta (2011) a Lei Maria da Penha recebeu esse nome em homenagem a biofarmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, que, após ter sofrido duas tentativas de homicídio por seu marido, lutou para a criação de uma lei que contribuísse para a diminuição da violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de agosto de 2006. A lei entrou em vigor no dia 22 de setembro do mesmo ano.

Isso evidencia que a existência da Lei nº 11.340/2006 se justifica pela singularidade da violência doméstica ou familiar sofrida pelas mulheres. Segundo Silva e Nascimento (2022), um dos pontos mais importantes da lei supramencionada foi a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A lei fez com que a violência contra a mulher deixasse de ser tratada como um crime de menor potencial ofensivo. Além disso, definiu todas as formas de violência contra mulher e estabeleceu um conjunto de mecanismos para prevenção e redução desse tipo de patologia social.

A Lei Maria da Penha alcançou avanços notáveis, mas ainda enfrenta desafios, como a necessidade de aprimorar os mecanismos de acompanhamento dos casos para garantir que as medidas protetivas sejam eficazes e também a avaliação das penas atuais com a possibilidade de aumento para desencorajar a reincidência de violência por parte dos agressores.

2.2 Tipos de violência da Lei Maria da Penha 11.340/2006

Na lei Maria da Penha 11.340/2006 são contempladas as seguintes violências cometidas contra as mulheres:

A **violência física** é a utilização da força física sobre alguém. Tapas, socos, chutes puxões, empurrões ou a utilização de algum artefato com o objetivo de impor-se pelo uso da força física, oprimir, ferir ou causar qualquer tipo de dano físico.

A **violência psicológica** e a **moral** utilizam-se de palavras ou atos ofensivos como forma de agressão. Humilhação, exposição, xingamentos ou a opressão e submissão fazem com que a vítima seja coagida sem a necessidade de utilização da força física.

A **violência sexual** ocorre quando os atos de violência assumem um caráter sexual. Assédios, abusos, violações e estupros são considerados atos de violência sexual.

Esses casos ocorrem quando não há o consentimento entre as partes ou quando a vítima é incapaz de opor-se ao ato. Como nos casos de violência contra crianças, idosos, pessoas com déficits cognitivos, ou temporariamente inaptas.

A **violência patrimonial** ou **econômica** ocorre quando a propriedade ou os meios de subsistência são negados ou retirados por uma pessoa / um grupo. Furtos, roubos, subtrações ou impedimentos podem ser caracterizados como esse tipo de violência. Em alguns casos de violência contra a mulher, o agressor utiliza-se da dependência financeira da vítima para oprimir e subjugar-la.

Para a Associação Fala Mulher² a necessidade de empoderamento das mulheres contra a violência doméstica, ainda é um desafio global para a sociedade. Em seu site a associação entende que essa forma de violência frequentemente se instala de maneira silenciosa e, em grande parte dos casos, permanece oculta às autoridades, alimentada por sentimentos de medo, ameaças, constrangimento e, tristemente, dependência financeira. Isto é, muitas mulheres aceitam a violência de forma silenciosa por não se entenderem como vítimas.

Essa realidade muitas vezes frustra a possibilidade de que agressores sejam responsabilizados judicialmente e que sejam tomadas medidas para

² <https://www.falamulher.org.br/>

reparar a agressão. Conforme a Associação Fala Mulher, o Brasil ocupa a quinta posição no ranking global de homicídios de mulheres. Recentemente, no estudo produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) evidenciamos o aumento de 6,1% nos registros de feminicídio, totalizando 1.437 casos. Além disso, houve um aumento de 16,9% nas tentativas de feminicídio.

A persistência de desigualdade social, cultural e econômica entre homens e mulheres pode contribuir para o aumento do feminicídio. Muitos casos tem origem em relacionamentos de violência doméstica, e o medo de denunciar o abuso ou a falta de apoio para as vítimas pode contribuir para a escalada da violência.

No cenário Brasileiro temos os seguintes dados, ainda conforme Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022):

- A cada minuto, aproximadamente 35 mulheres foram submetidas a agressões físicas ou verbais e 14 mulheres foram vítimas de agressões físicas como tapas, socos ou chutes.

- Cerca de 28,9% das mulheres, equivalente a 18,6 milhões, relataram ter sofrido algum tipo de violência ou agressão, marcando o índice mais alto na série histórica do levantamento.

- Quase 6 milhões de mulheres enfrentaram ofensas sexuais ou tentativas forçadas de relações sexuais.

- 51 mil mulheres foram alvo de violência, ao longo do ano, número comparável à lotação de um estádio de futebol.

A falta de abrigos, assistência jurídica e serviços de aconselhamento para as vítimas pode tornar mais difícil para as mulheres escaparem de situações perigosas. Em alguns lugares, o fácil acesso a armas de fogo pode aumentar ainda mais as situações de violência às vítimas.

Diariamente, um número alarmante de mulheres, jovens e meninas enfrentam diversas formas de violência. Essas formas incluem assédio, exploração sexual, estupro, tortura, violência psicológica, agressões por parte de parceiros ou familiares, perseguição e feminicídio.

Manifestando-se de maneiras variadas e com intensidades distintas, a violência de gênero é um fenômeno recorrente que permeia tanto os espaços públicos quanto privados, atingindo seu ponto mais extremo nos casos de assassinato.

2.3 Medidas Protetivas

A lei Maria da Penha 11.340/2006 destaca a medida protetiva como forma de prevenção da violência contra a mulher. A medida protetiva se trata de uma situação emergencial, que pretende evitar que a integridade física ou os direitos da mulher sejam violados. Além disso, caso a violação já tenha ocorrido anteriormente, a medida protetiva buscará preservar sua continuidade.

Em linguagem cotidiana, a medida protetiva é um ato judicial para afastar o agressor da vítima. Ademais a tutela enquadra: aproximações físicas ou virtuais, bem como quaisquer atos que privem aquela pessoas dos direitos que estão sendo protegidos.

Quem descumpre a medida sofre a aplicação da pena prevista na ordem de proteção, variando entre 3 meses a 2 anos de reclusão, a pena vai depender não apenas da gravidade do risco, mas também do ato que tentou realizar ao descumprir a medida.

A medida protetiva pode ser revogada. Entre as razões, o pedido da própria pessoa protegida é uma delas. Porém, deverá ser levado em conta que a pessoa esteja realizando o pedido por vontade própria, sem se colocar em riscos ainda maiores em decorrência da solicitação.

Durante o estágio curricular do Curso de Serviço Social, foram atendidas vítimas que procuraram o REVIVI com a finalidade de retirar as medidas protetivas, algumas delas já haviam se reconciliado com os companheiros, informando que no momento do registro da ocorrência policial, solicitaram esse recurso com o objetivo de dar um “susto” no agressor.

2.4 O papel do Serviço Social no apoio às vítimas de violência doméstica

A violência doméstica é um tema presente no cotidiano do assistente social, cabe a esse profissional identificar e conhecer as formas de violência que se desenvolve dentro do ambiente familiar. Os casos de violência doméstica, que tem na mulher sua vítima mais comum, não se limitam apenas a agressão

corporal, vai além, sendo composta por outras formas de violência que agravam ainda mais a situação de vulnerabilidade da mulher.

Durante o estágio curricular obrigatório, foram atendidas diversas mulheres em situação de violência doméstica, nove delas foram inseridas no projeto de intervenção por estarem procurando o REVIVI para a retirada de medidas protetivas, pois algumas já haviam se reconciliado com o agressor. Essa reconciliação acontece por diversos fatores: questões financeiras, filhos, ausência de parentes próximos e medo. Na maioria esse retorno da relação, gera a reincidência da agressão, continuando assim o ciclo da violência.

O serviço social que atua nas expressões da questão social desde sua gênese, faz uma análise desse tipo de violência partindo dos processos de surgimento do sistema capitalista e na luta das diferentes gerações de mulheres que atuaram no combate a forma de violência.

2.5 Relação das vivências no Centro de Referência contra a Violência Doméstica

Verificou-se no município de Bento Gonçalves-RS, que a violência doméstica prevalece nas mulheres adultas de todas as faixas etárias, todas as raças e etnias, solteiras, casadas, união estável e casais homossexuais, também com membros da própria família que residem ou não na mesma residência e que exercem ou não atividade remunerada, a violência está presente em todas as classes sociais.

Foram realizados sete encontros individuais com mulheres vítimas de violência doméstica, que registraram boletim de ocorrência policial e procuraram atendimento para a retirada de medidas protetivas. Observamos que a maioria delas não tem conhecimento sobre a Lei Maria da Penha 11.340/2006 e também desconhecem seus direitos, buscando um apoio psicossocial no REVIVI. No primeiro atendimento são questionados os fatos registrados na ocorrência e a situação da vítima em questão à sua segurança, faz-se a escuta e registro de fatos novos (caso houver) e os encaminhamentos necessários.

Segue abaixo, o demonstrativo dos atendimentos realizados e o perfil das participantes:

Quadro 1: Perfil das participantes

Idade	Escolaridade	Renda	Naturalidade
31 anos	Ensino Fundamental	R\$ 1.800,00	São Borja-RS
32 anos	Ensino Fundamental	Não informou	Bento Gonçalves-RS
46 anos	Ensino Fundamental	R\$ 2.200,00	Santa Luzia-MA
30 anos	Ensino Fundamental	Desempregada	Belém-PA
30 anos	Ensino Médio	R\$ 1600,00	Mocajuba-PA
36 anos	Ensino Fundamental	R\$ 1500,00	Bento Gonçalves-RS
34 anos	Ensino Fundamental	R\$ 1600,00	Santo Ângelo-RS

Fonte: Relatório de estágio da autora.

A partir dos dados do Quadro1, destacamos 3 casos para serem estudados e contribuir para a reflexão do artigo. Apesar de entendermos que a violência contra mulheres está em todas as classes sociais, o público que busca atendimento no REVIVI, concentra-se em mulheres com menos de dois salários mínimos de renda e escolaridade até o ensino médio.

No Caso 1, a usuária buscou o serviço de atendimento do REVIVI, informando ter sofrido violência doméstica, sendo o agressor seu atual companheiro. No seu relato, diz que o mesmo só é violento quando faz uso de maconha e bebidas alcólicas, não tem intenção de separação do mesmo, mas buscou ajuda para poder ajudar o companheiro.

Neste primeiro caso o Serviço Social do REVIVI, ofereceu suporte emocional e encaminhou a usuária e seu companheiro para o CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial – álcool e drogas) para que ele possa iniciar um atendimento de reabilitação. Nesse caso, a pedido da vítima também foi encaminhado ao Fórum a solicitação de retirada de medidas protetivas, pois o casal já havia se reconciliado. É comum que as vítimas enfrentem dificuldades emocionais ou psicológicas ao preferirem a separação, muitas vezes devido ao medo, dependência financeira e preocupações com a família.

No Caso 2, a usuária buscou atendimento do REVIVI com a finalidade da retirada de medidas protetivas. Informou ter sofrido violência psicológica do seu companheiro, mas que pelo fato de não trabalhar e não possuir seu próprio sustento preferiu voltar para o agressor.

Neste segundo caso, foi oferecido suporte emocional, orientação jurídica e encaminhamento ao mercado de trabalho. O empoderamento feminino não é

apenas um objetivo que o Serviço Social pode despertar na vítima, mas um processo contínuo de reconstrução enquanto mulher. Ao criar um ambiente de apoio e oferecer recursos que promovam a autonomia e a autoconfiança, é possível ajudar as mulheres vítimas de violência a reconstruir suas vidas de maneira mais independente e fortalecida. O Serviço Social desempenha um papel importante no empoderamento feminino, a promover a igualdade de gênero, combater a discriminação e criar condições para que as mulheres alcancem seu pleno potencial na sociedade.

São vítimas de um sistema integrado de dominação, em que pesa sua condição feminina, sua categoria de classe e sua cor de pele, pois, quando negras, sofrem uma dominação tripla. A mulher não consegue se emancipar sozinha, precisa-se muito mais do que apenas “querer” sair dessa condição (BEZERRA; SALDANHA, 2020 p. 378).

No Caso 3, recebemos a informação de que tinha uma usuária albergada na Casa de passagem, local onde as vítimas podem ficar por alguns dias em caso de violência. As assistentes sociais foram até a casa de passagem e constataram que a vítima era oriunda de outro estado. O desejo da vítima era retornar ao seu estado de origem, pois temia com ameaças de morte do agressor, seu atual companheiro. Informou que tinha uma quantia em dinheiro que poderia custear parte da viagem de volta, mas precisaria de um auxílio para completar o valor total.

Neste terceiro caso, foi articulado com a Secretaria de Assistência Social, que possui um convênio com a Empresa de Transportes interurbano, na cidade de Bento Gonçalves, que articulou a doação de parte das passagens de retorno da usuária. Após três dias recebemos o retorno de que ela havia chegado em sua cidade natal e que estava bem e disposta a iniciar uma nova vida sem violência. O suporte de profissionais e organizações especializadas em violência doméstica, é essencial para que a vítima inicie uma reconstrução, pois após esse período ela ainda poderá enfrentar desafios emocionais, físicos e sociais.

O Serviço Social do REVIVI desempenha um papel crucial na violência doméstica contra a mulher no município de Bento Gonçalves, oferecendo suporte emocional, orientação jurídica, e facilitando o acesso a recursos e serviços. Atua na promoção dos direitos das mulheres, conscientizando sobre a

violência de gênero e na articulação com outros setores para garantir uma abordagem integrada e eficaz.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica é um grave problema social que afeta milhões de pessoas em todo o mundo. Essa forma de violência, muitas vezes enraizada em desigualdades de gênero, de raça e econômicas, representa uma violação dos direitos humanos fundamentais. A abordagem para combater a violência doméstica requer uma resposta abrangente, envolvendo setores como saúde, educação, justiça e assistência social.

O Serviço Social visa fortalecer os laços familiares, capacitando os membros a lidar com desafios e promovendo um ambiente mais saudável.

O centro REVIVI, oferece suporte emocional para as vítimas de violência, conectando-as com recursos como, abrigos de emergência, assistência legal, aconselhamento psicológico e busca por recursos financeiros, para ajudá-las a reconstruir suas vidas de forma independente e segura.

É crucial promover a conscientização pública sobre a gravidade do problema, assim como encorajar as vítimas à denúncia. Além disso, políticas públicas eficazes, leis rigorosas e serviços de apoio adequados são essenciais para prevenir, punir agressores e apoiar as mulheres. A intervenção ativa do Serviço Social, contribui para a superação dos desafios enfrentados, no sentido de acolher, informar, e acompanhar os casos. A colaboração entre profissionais, organizações governamentais e não governamentais é fundamental para a criação de uma sociedade mais segura e justa, onde a violência doméstica seja erradicada.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO FALA MULHER. Disponível em:
<https://www.falamulher.org.br>. Acesso em: 25 set. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Violência contra a mulher - Dados, pesquisas e análises, 2022. Disponível em: <

<https://forumseguranca.org.br/publicacoes/violencia-contrameninas-e-mulheres/>. Acesso em: 25 set. 2023.

MISTRETTA, D. Lei Maria da Penha: porque ela ainda não é suficiente. Revista LEVS (Marília), v. 8, p. 1-8, 2011. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/1641> . Acesso em 11 set. 2023.

NASCIMENTO, J. B.; SILVA, V. G. M. A atuação do serviço de acolhimento a mulheres vítimas de violência em Pernambuco no contexto da pandemia do covid-19. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife,2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/48260>. Acesso em 25 set. 2023.

BEZERRA, M. F.; SALDANHA, C. F. M. O Empoderamento Feminino no Processo de Rompimento do Ciclo de Violência Doméstica. Revista Científica Gênero na Amazônia, Belém, n. 16-18, jul./dez., p. 369-380, 2020. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13304/9245>. Acesso em 25 set. 2023.